

# O REGIME E AS CLASSES ARMADAS

17.8.46

Raul Pilla

(Para O JORNAL)

Desde 15 de novembro de 1889, as classes armadas não têm tido sossego. Revoltas e motins as têm abalado frequentemente e não poucas vezes, como em 24 de outubro de 1930 e 29 de outubro de 1945, têm-se elas visto obrigadas a intervir oficialmente na vida política do País, afim de resolver situações de extrema gravidade.

Se outróra parecia natural semelhante intervenção, pois, segundo se dizia, tinham os militares a obrigação de zelar pelas instituições que haviam criado com o golpe de 15 de novembro, sente-se agora estarem elas cansadas de semelhante papel e desejarem afastar de si toda preocupação política, afim de melhor se poderem dedicar á sua elevada missão constitucional.

Louvavel é, por certo, esta disposição, que cada vez mais se generaliza. Louvavel e justificada, pois, intervindo na vida política, o que fazem inevitavelmente é servir interesses de políticos, sejam estes civis ou militares, sejam bem ou mal intencionados, e sujeitar o prestígio da corporação ás vicissitudes da vida publica. Mas a verdade é que semelhante alheiamento, mais que de uma disposição da vontade, depende de fatos e circunstancias por vezes inelutaveis.

Com efeito, quem poderia admitir, para só citar um exemplo, que em outubro do ano passado, as classes armadas se tivessem quedado indifferentes, deixando se consumasse impunemente o golpe planejado pelo Ditador? Era fatal que interviesses, como intervieram, afim de repor finalmente o País na trilha da normalidade constitucional.

Há uma como fatalidade a levar as classes armadas para a turva correnteza da vida política. São arrastadas: não entram nela por gosto. Qual a razão?

Clara nos parece ela. Em 1889, pretendeu-se instituir, com a Republica, uma democracia menos imperfeita. Mas o que de fato se criou, com o regime então adotado, foi o despotismo presidencial, que, como todos os despotismos, não comporta outras soluções que não as da força. O mal-estar, a agitação que, em certas ocasiões, dominam o País, acabam propagando-se ás classes armadas, para as quais se voltam então todos os olhos, já que outro recurso não resta. Cria-se, destarte, o clima, o ambiente psicologico, a cuja influencia dificultoso, se não impossivel é resistir.

Extrínseca, e não intrínseca ás classes armadas é a causa que as tem feito intervir na vida politica brasileira. Reside ela na Nação mesma, ou, mais exatamente, no regime que lhe foi dado ao proclamar-se a Republica, e do qual até hoje não se pôde libertar. Enquanto não se realizar satisfatoriamente a democracia representativa, enquanto do arbitrio de um homem depender toda a vida da nacionalidade, serão fatais e algumas vezes, até, presidenciais as interferencias dos militares na atividade política do País.

E' uma lei que se verifica em toda a America Latina. Presidencialismo tem sido a equivalencia de frequentes intervenções militares na vida publica. Certo, outras condições concorrem para o fenomeno, mas o fator dominante é, sem duvida, o regime politico que, não passando de uma continuada ditadura, perverte governantes e governados e provoca, se não justifica, soluções violentas.

A substituição do sistema presidencial pelo parlamentar, isto é, da imperfeita pela verdadeira democracia representativa, é não somente uma necessidade nacional, mas também uma condição para que as classes armadas possam exercer tranquillamente a sua alta e nobre função constitucional. Quando os governantes se tornem responsaveis e a opinião publica se transforme numa força efetiva, terão desaparecido as causas e, até, os pretextos para o apelo á intervenção dos militares na vida politica do País. Ainda aqui, a questão fundamental é a do mecanismo politico, isto é, do sistema de meios com o qual se governe a Nação.